



Desmatamento da Amazônia, impactos ambientais e desafios para a espiritualidade cristã: responsabilidade mundial para uma ecologia integral

Luiz José Dietrich*

Nadi Maria de Almeida**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Paraná-Brasil

Ouçam a palavra de Javé, filhos de Israel! Javé abre um processo contra os moradores da terra, pois não há mais fidelidade, nem amor, nem conhecimento de Deus na terra. Há juramento falso e mentira, assassinio e roubo, adultério e violência; e sangue derramado se ajunta a sangue derramado. Por isso a terra geme e seus moradores desfalecem; os animais do campo, as aves do céu e até os peixes do mar estão desaparecendo. (Oséias 4,1-3).

Para citar este artículo: Dietrich, Luiz José y de Almeida, Nadi Maria. «Desmatamento da Amazônia, impactos ambientais e desafios para a espiritualidade cristã: responsabilidade mundial para uma ecologia integral». *Franciscanum* 173, Vol. 62 (2020): 1-29.

Resumo

Algo que impacta o meio ambiente impacta a todos. O desmatamento da Amazônia, um problema atual que afeta e destrói ecossistemas, acelera o aquecimento global, ameaça a humanidade e a muitas outras espécies, cresceu drasticamente nos últimos anos. Esta pesquisa analisa os motivos e as consequências do crescimento do desmatamento da Amazônia. Aborda as estruturas e articulações brasileiras e internacionais e a posição e a contribuição da Igreja Católica, a partir da espiritualidade cristã, propondo uma ecologia integral, do cuidado da «Casa Comum». Baseada em pesquisa bibliográfica e exploratória

* Doutorado em Ciências da Religião, Bíblia, pela Universidade Metodista de São Paulo. Realizou estágio Pós Doutoral junto ao Near Eastern Languages & Cultures Department; da ucla, University of California, Los Angeles, em diálogo com o Professor William Schniedewind. É Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, puc pr, campus Curitiba, pr, e vice-presidente da abib, Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica; é também Assessor Nacional do cebi, Centro de Estudos Bíblicos, e do cbv, Centro Bíblico Verbo. Contato: luiz.dietrich@pucpr.br.

** Doutoranda em teologia com foco em Missão, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR. Possui Mestrado em Teologia com foco em Missão pela PUCPR. Especialização em Metodologia do Ensino superior, pelo Centro Universitário Internacional, UNINTER. Bacharelado em Teologia pelo Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL), Londrina PR. Licenciatura em Ciências Religiosa, PUCPR. Bacharelado em Relações Internacionais, pelo Centro Universitário Internacional, UNINTER. Graduação no exterior: Especialização em Missão pela «Catholic University of Eastern Africa», (CUEA) no Quênia. Bacharelado em Teologia pela «Catholic University of Eastern Africa», (CUEA) no Quênia. Contato: nadinadimaria@gmail.com.





sobre o desmatamento da Amazônia, primeiramente busca identificar os motivos do crescimento e as consequências das derrubadas e queimadas na Amazônia para depois avaliar as decisões tomadas em âmbito nacional e internacional, para diminuir o desmatamento ou neutralizar os seus efeitos. Por fim, considerar-se-ão a importância dos apelos e a seriedade dos compromissos, acordos e metas e os caminhos apontados para a proteção das florestas; em especial o posicionamento do Papa Francisco para a preservação da Amazônia e da vida no planeta. Os «gritos da terra» desafiam o cristianismo a contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade ecológica integral e oportunizam o resgate de espiritualidades mais coerentes com o Deus da Vida.

Palavras chave

Desmatamento, Amazônia, Problemas ambientais, Cristianismo e ecologia, Ecologia integral.

Deforestation in the Amazon, environmental impacts and challenges for Christian spirituality: global responsibility for an integral ecology

Abstract

Something that impacts the environment impact everyone. Deforestation in the Amazon, a current problem that affects and destroys ecosystems, accelerates global warming, threatens humanity and many other species, has grown dramatically in recent years. This research analyzes the reasons and the consequences of the Amazon deforestation growth. It addresses the Brazilian and international structures and articulations, the position and the contribution of the Catholic Church, from the Christian spirituality, proposing an integral ecology, of the care of the «Common House». Based on bibliographical and exploratory research on Amazonian deforestation, it first seeks to identify the reasons for the growth and the consequences of felling and burning in the Amazon and then to evaluate the decisions taken at national and international levels to reduce deforestation or neutralize its effects. Finally, we will consider the importance of the appeals and the seriousness of the commitments, agreements, of the goals and the pathways for the protection of forests; in particular the position of Pope Francisco for the preservation of the Amazon and of life on the planet. The «cries of the earth» challenge Christianity to contribute to the development and integral ecological sustainability and offer the rescue of spiritualities more coherent with the God of Life.

Keywords

Deforestation, Amazon, Environmental problems, Christianity and ecology, Integral ecology.





Deforestación en la Amazonía, impactos ambientales y desafíos para la espiritualidad cristiana: responsabilidad global para una ecología integral

Resumen

Algo que impacta al medio ambiente impacta a todos. La deforestación de la Amazonía, un problema actual que afecta y destruye los ecosistemas, acelera el calentamiento global, amenaza a la humanidad y a muchas otras especies, ha crecido dramáticamente en los últimos años. Esta investigación analiza los motivos y las consecuencias del crecimiento de la deforestación de la Amazonía. Aborda las estructuras y articulaciones brasileñas e internacionales y la posición y la contribución de la Iglesia Católica, a partir de la espiritualidad cristiana, proponiendo una ecología integral, del cuidado de la Casa Común. Basada en la investigación bibliográfica y exploratoria sobre la deforestación de la Amazonía, primero busca identificar los motivos del crecimiento y las consecuencias de las derribadas y quemadas en la Amazonía, para luego evaluar las decisiones tomadas a nivel nacional e internacional para disminuir la deforestación o neutralizar sus efectos. Por último, se considerarán la importancia de los llamamientos y la seriedad de los compromisos, acuerdos y metas y los caminos señalados para la protección de las florestas; en especial el posicionamiento del Papa Francisco para la preservación de la Amazonía y de la vida en el planeta. Los «gritos de la tierra» desafían al cristianismo a contribuir al desarrollo y la sustentabilidad ecológica integral y brindan oportunidades para el rescate de espiritualidades más coherentes con el Dios de la Vida.

Palabras clave

Deforestación, Amazonía, Problemas ambientales, cristianismo y ecología, Ecología integral.

Introdução

A questão climática é um tema que desafia a humanidade a pensar ecologicamente, caso contrário sofrerá consequências desastrosas, como já vêm acontecendo no mundo. O desmatamento é um problema ambiental que destrói os recursos naturais afetando não só ecossistemas locais, pois repercute em implicações mundiais. Os pesquisadores reconhecem a importância da floresta enquanto ela evita erosão e suga as substâncias trazidas pelos ventos e pelas chuvas. Adeodato diz que há um consenso entre os estudiosos que a floresta influencia no clima, sendo um órgão vital no ciclo, e o desflorestamento pode afetar o regime das chuvas e agudizar o aquecimento do planeta¹.

Parte da Igreja Católica, sentindo-se desafiada e também responsável pela questão ambiental, levanta sua voz e faz um apelo à ecologia integral, ao cuidado e à proteção e

¹ Sergio Adeodato, *Amazônia a floresta assassinada: falta muito pouco para matá-la de vez* (São Paulo: Mostarda, 2006), consultado em 2 outubro, 2018, <http://portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=839>.





preservação da «Casa Comum»². Segundo o Cardeal Lourenzo Baldisseri a Amazônia é tão importante para a vida no mundo que «entrou para o coração da Igreja» e que «a Amazônia é prioridade da Igreja e do papa Francisco»³.

Essa chamada do Papa Francisco e da Igreja é importantíssima. No entanto, devemos antes fazer um pequeno parêntesis, pois a relação da Bíblia e do cristianismo com a ecologia não é uma questão livre de polêmicas. Para muitos pensadores ambientalistas e movimentos ecologistas a Bíblia e o cristianismo não têm nenhuma contribuição a dar para melhorar nossa relação com a natureza. Em seu modo de entender, cristianismo e Bíblia inclusive seriam os responsáveis pela relação utilitarista e destruidora adotada pela civilização ocidental para com a natureza⁴. Tendem a ter olhares mais simpáticos para as religiões orientais, como o Budismo e o Xintoísmo, e para as religiões tradicionais dos povos nativos das Américas e da África. Eles dizem que o cristianismo ao acentuar demasiadamente o papel do ser humano – entenda-se aqui o homem branco, judeu-cristão e europeu – como senhor e centro da criação (cf. Gn 1,26 e 28), justificou e legitimou a violência contra povos e culturas profundamente respeitosos à natureza. Fundamentou «a construção de uma mitologia do poder», tudo sempre em nome do «progresso e do desenvolvimento» da humanidade ocidental cristã.

Os ecologistas críticos ao cristianismo referem-se geralmente aos versículos de Gn 1,28-30. Observam que em Gn 1,26, Deus ao estabelecer a relação dos humanos, criados a sua imagem e semelhança, com todas as outras formas de vida animal e vegetal, dá aos seres humanos o mandato de dominar (hebr. *radah*, que tem o sentido de «dominar») «os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, sobre toda terra e sobre todos os répteis que rastejam sobre a terra». O mandato do domínio é repetido no verso 1,28 e reforçado com a ação de «sujeitar (hebr. *kavash*, que tem o sentido predominante de calcar aos pés, de pôr os pés sobre algo ou alguém, pisar sobre o pescoço, pressionar o rosto contra a terra, com o sentido de “subjugar”) a terra». Os verbos *radah* e *kavash* provêm do campo semântico que descreve as ações dos grandes reis e imperadores para com os reis e povos por eles dominados⁵.

² Cf. Francisco, *Carta Encíclica: Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*, consultado em 01 fevereiro 2019, http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf. Veja também o Comissão Episcopal para a Amazônia Rede Eclesial Pan-Amazônica – repam brasil. *Documento Preparatório. «Amazônia novos caminhos para a igreja e para uma ecologia integral»* (Brasília: Edições cnbb, 2018), consultado em 22, janeiro, 2019, <http://redamazonica.org/folleto-portugues/>.

³ O Secretário do Sínodo dos Bispos, Cardeal Lorenzo Baldisseri, «Comenta o Documento Preparatório sobre a assembleia sinodal de 2019». Apresentado em 08 junho, 2018 na Sala de Imprensa da Santa Sé - a Amazônia no coração da Igreja. Consultado em 01 fevereiro, 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=3pOQHKG0eOY>.

⁴ Ver especialmente a obra de Lynn White Jr. «Raíces históricas de nuestra crisis ecológica (1967)», *Revista Ambiente y Desarrollo* 23, (2007): 78-86.

⁵ Cf. Luiz José Dietrich, «Pautas para uma Hermenêutica Ecológica. A solidariedade abarcando todas as formas de vida», *Revista Encontros Teológicos* 1, Vol. 22 (2007): 80-82.





Embora nem sempre seja fácil ou possível, é necessário procurar colocar os textos, as hermenêuticas a eles aplicadas, as teologias e religiões dentro de seus contextos históricos. Desse modo poderemos ver por que o cristianismo e a Bíblia desempenharam –e reconhecer que ainda desempenham, em muitos casos e lugares– um papel funesto em diversos momentos históricos, e também poderemos resgatar de dentro deles *a ruah* (o Espírito no hebraico é feminino) das palavras de Deus, geradoras de Vida.

As sociedades são geralmente formadas por grupos com interesses divergentes e até contraditórios. Nada que emerja destas sociedades, nem mesmo espiritualidades, textos e tradições sagradas, ou religiões, estará imune às perspectivas, tensões que marcam estas sociedades. Trazem também as suas luzes e virtudes. Assim, no segundo capítulo do Gênesis, numa segunda narrativa da criação, aparece outra relação dos seres humanos com o restante da natureza. Os verbos que ali descrevem as funções do ser humano (hebr. *'adam*) no Jardim são *'avad*, cultivar; e *shamar*, guardar, cuidar do jardim (Gn 2,15), complementados com o ato de nomear (*qara'*) a todos os outros animais que com ele coabitavam o jardim. Isto é, o texto bíblico, referência sagrada para os cristãos, não é unívoco e nem tem respostas para todas as questões que enfrentamos em nosso mundo. Apesar disto, no entanto, ainda é preciso reconhecer que mesmo na narrativa de Gn 2, com os verbos cultivar, guardar e nomear, prevalece a visão antropocêntrica.

Sensibilizadas e sensibilizados pelos apelos dos movimentos ecológicos, dos cientistas, e da própria terra que cada vez grita mais forte, os verbos cultivar e guardar passaram a receber mais destaque e fundamentam a revisão das leituras feitas até então.

Os verbos dominar e sujeitar, de Gn 1,26 e 28, provavelmente são restos de narrativas que, nas antigas tradições babilônicas, se referiam à criação de reis e governantes. Pois na antiga religião babilônica somente estes eram considerados e louvados como seres criados por Deus à sua imagem e semelhança. E que somente a eles fora dado o direito de dominar e sujeitar toda a terra e todos os animais⁶. A concepção de que todas as pessoas têm dignidade por serem imagem e semelhança de Deus foi alcançada por grupos de judaítas resistindo e lutando contra a escravidão no exílio babilônico. Ali forma-se o texto que atualmente lemos em nossas Bíblias. E embora este texto tenha sido posteriormente fundamental para o estabelecimento dos Direitos Humanos, nele permaneceram os verbos da semântica vinculada ao exercício do poder dos reis divinizados do antigo Oriente, sendo inclusive citados em Salmos dedicados aos reis de Israel (Cf. Sl 72,8; 110,2). Assim leituras posteriores, realizadas por grupos em posições de poder, puderam fundamentar-se nesses textos para afirmar sua compreensão de sujeição e domínio irrestrito sobre a terra e a natureza.

E, outra vez, foi a sensibilidade aos gritos da própria natureza e a acolhida às consignas dos movimentos populares ecologistas, e aos avisos dos cientistas que levaram a

⁶ Conforme estudos de Ludovico Garmus, «Bíblia e ecologia - Aspectos fundamentais (Gn 1-11)», *Revista Grande Sinal* XLVI (1992): 275-290; e de Haroldo Reimer, *Toda a Criação – Bíblia e Ecologia* (São Leopoldo: Oikos Editora, 2006), 38-39.





perceber e rever o antropocentrismo⁷ das concepções bíblicas e cristãs. O avanço da leitura da Bíblia nas perspectivas de gênero e do Diálogo Inter-religioso nos abrem para a valorização do grande tesouro sagrado das diversas Religiões. E na questão ecológica, especialmente as religiões dos povos originários das Américas, nos levam a aprender com a reverência à Natureza e a percepção da humanidade como parte de uma teia de inter-relações e interdependências muito maior, a grande teia da vida, ajudaram a reelaborar espiritualidades superando antropocentrismo e outras violências.

Na leitura de Gn 1, apesar dos problemas, se poderia intuir uma certa interdependência relacional na sequência ali apresentada: tudo começa com a água (1,2), depois vêm a luz e a organização das águas na terra e na atmosfera (1,3-10), depois vêm as plantas (1,11-12), os animais aquáticos e as aves (1,20-23) e por fim os répteis e os animais terrestres, entre os quais está a humanidade (1,24-27). Todos dependem uns dos outros e estão estreitamente ligados pela água, pela energia que vem do sol, pelo ar que respiram, pelos nutrientes dos quais se alimentam e pelas funções que desempenham. Muitas das religiões dos povos originários das Américas possuíam, e ainda possuem, essa compreensão relacional e não antropocêntrica da vida. Hoje sabemos pelas ciências da ecologia, e também pelas orientações das religiões ancestrais, que quando essas inter-relações são desconsideradas, produzem-se os desequilíbrios que abalam o sistema como um todo e ameaçam a grande teia mantenedora da vida.

Assim, a leitura da Bíblia e a espiritualidade cristã podem guiar-nos a uma hermenêutica libertadora e ecológica sempre que acolherem os gritos da natureza, da vida especialmente das vidas ameaçadas. Leonardo Boff em seu livro *Ecologia: Grito da Terra e grito dos pobres* (1996), apregoa que devemos «Inter-relacionar o clamor dos oprimidos com o clamor da Terra». Boff afirma com veemência que «a Terra também clama. A lógica que explora as classes e submete os povos aos interesses de alguns países ricos e poderosos é a mesma que depreda a Terra e saqueia sua riqueza, sem solidariedade com o resto da humanidade e as gerações futuras»⁸.

Ao deixar-se enriquecer pelas contribuições das espiritualidades dos povos originários das Américas e da África, e também pelos conhecimentos produzidos pelas ciências, o cristianismo estará mais capacitado a criticar, revisar, ressaltar ou relativizar práticas, doutrinas e instituições para coerentemente defender, promover e cuidar da vida ameaçada. Ao dar esse passo, o cristianismo estará também atualizando e permitindo que a experiência de salvação e libertação que está em sua espiritualidade original e no cerne de suas tradições sagradas, seja atualizada, reoxigenada, novamente vivida e concretamente experimentada no mundo de hoje. A Palavra de Deus é antes de tudo palavra a serviço da vida, de todas as formas de vida.

⁷ Segundo Lynn White «O cristianismo é a religião mais antropocêntrica que o mundo conheceu, especialmente em sua forma ocidental». Segundo o autor «o cristianismo estabeleceu um dualismo entre homem e natureza, mas também insistiu que era vontade de Deus que o homem explorasse a natureza em benefício próprio» Lynn White Jr. «Raíces históricas de nuestra crisis ecológica (1967)», 83.

⁸ Leonardo Boff, *Ecologia: Grito da Terra e grito dos pobres* (São Paulo: Editora Ática, 1996), 11.





Assim sendo, esse artigo aborda um grave problema ambiental do mundo moderno: o desmatamento da Amazônia, que causa e acelera a destruição dos ecossistemas e a deterioração da vida no planeta, ao mesmo tempo em que procurará mostrar como o papa Francisco e parte da Igreja buscam ouvir e aprender para melhor responder aos clamores que brotam desta realidade. Destacaremos fatos alarmantes a partir de vários pesquisadores que se debruçaram sobre o papel crucial do desmatamento na sociedade contemporânea, especialmente o fato de que o desmatamento pode já estar comprometendo as condições de vida das gerações atuais e futuras.

Na abordagem da questão nos apoiaremos em artigos e livros científicos sobre o tema e em reportagens publicadas por especialistas ou ONG's dedicadas às questões da Amazônia. Inicialmente serão apontados os motivos e as consequências do grande aumento do desmatamento da Amazônia nos últimos anos. No segundo momento, veremos alguns atores e interesses nos níveis nacionais e internacionais que marcaram o debate sobre o desmatamento da Amazônia juntamente com seus compromissos para proteção ambiental. Ver-se-á que existem falhas na realização desses compromissos, mas também que ainda é possível ter esperanças de que a situação pode mudar. Por fim, no terceiro momento, como resultado do trabalho, serão elencados os caminhos existentes para proteção da Amazônia, considerando os acordos e as decisões tomados a esse respeito. Nesse trajeto serão também analisados Documentos da Igreja relacionados à tomada de posição da Igreja Católica afinada com o papado de Francisco, que está dando uma atenção especial à questão ecológica, para preservação do planeta, nossa «Casa comum». O Sínodo Especial para a Amazônia que acontecerá em outubro de 2019, almeja ser uma contribuição significativa para a proteção das florestas, dos ecossistemas e da vida da Amazônia, mas também para toda a sua área de influência, que, como foi visto acima, é planetária.

1. Motivos e consequências do desmatamento da Amazônia e a voz da Igreja para uma «ecologia integral»

A destruição das matas e as queimadas liberam grandes quantidades de gás carbônico na atmosfera e provoca grande poluição que atinge uma grande área do Brasil e países vizinhos⁹. No site «Amazônia de A a Z», encontramos que: «No Brasil estima-se que três quartos dessa poluição provêm da destruição das matas, que, além disso, desmatar beneficia muito pouco a economia do país, e gera muito pouco emprego»¹⁰.

⁹ No dia 20 de agosto de 2019, às 15 horas, na cidade de São Paulo, o céu ficou escuro como a noite, aeroportos foram fechados, muitas pessoas procuraram sistemas de saúde com problemas respiratórios, por excesso de fumaça das queimadas na Amazônia. O que é comum acontecer nesta época – queimadas no preparo da terra para plantio – no Mato Grosso do Sul, em Rondônia e outros estados da Amazônia, atingiu o maior centro urbano do país. <https://www.msn.com/pt-br/news/brasil/entenda-como-foi-e-por-que-o-dia-virou-noite-em-s-c3-a3o-paulo-na-segunda-19/ar-AAG54Hs>.

¹⁰ Cf. Amazônia de A a Z, «Amazônia não é pulmão do mundo», autor não especificado, consultado em 2 outubro, 2018, <http://portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=839>.





O Brasil possui um capital ambiental físico potente rico de biodiversidade, de reservas de terras férteis e um verde florestal de causar cobiça mundial. Segundo Viola e Franchini, o Brasil bate o recorde mundial com suas abundâncias de matérias naturais, no entanto, é o país menos desenvolvido em termos de capital ambiental social entre as democracias consolidadas¹¹.

Em relação à floresta Amazônica, pesquisas mostram que o Brasil tem regredido muito, chegando a um descontrole com um aumento desenfreado do desmatamento nos últimos anos¹². Viola e Franchini afirmam que com o governo Dilma Rousseff houve retrocesso na questão de proteção ambiental. Várias ações tomadas não levaram em conta a proteção e a agenda ambiental. Por exemplo:

A progressiva transferência do policiamento da Amazônia da área federal (IBAMA) para a esfera estadual e municipal, a redução dos limites de sete áreas de proteção ambiental para construção de barragens e outras obras de infraestrutura, a estagnação do processo de criação de áreas de preservação, e a compulsão por realizar o polêmico projeto de Belo Monte, custe o que custar¹³.

Também no âmbito estadual, a reportagem de Kátia Brasil, publicada por Amazônia Real, 11 de novembro de 2015, entende que o desmatamento pode estar relacionado ao «corte de verbas do orçamento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) pelo governador José Melo» em 2015. «Ele extinguiu órgãos importantes que poderiam prever e monitorar as queimadas e incêndios florestais no Amazonas, como o Centro Estadual de Unidades de Conservação», e aumentou o investimento em agronegócio com o «Plano Safra 2015-2016»¹⁴.

Segundo Viola e Franchini (2012), decisões como essas são tomadas sem levar em conta a importância ambiental, mas somente uma perspectiva econômica imediatista, pois «sacrifica os recursos de milhares de anos, pelo lucro de algumas décadas»¹⁵.

¹¹ Cf. Eduardo Viola y Matías Franchini, «Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. Planetary boundaries, Rio+20 and the role of Braz», *Cadernos EBAPE.BR* 3, Vol. 10 (2012): 471-491, consultado em 10 abril, 2019, <http://www.redalyc.org/html/3232/323227835002/>.

¹² Segundo Bruno Calixto, o governo «Fenando Henrique carrega nas costas os mais altos índices de desmatamento já registrados». O Governo Dilma Rousseff contribuiu negativamente reduzindo áreas de conservação «por medidas provisórias» e que os «atos contra a área ambiental no Brasil, se intensificaram» ainda mais no governo Temer. Cf. Bruno Calixto, «O desmanche ambiental do governo Temer: Para ganhar apoio no Congresso, o presidente sacrifica salvaguardas ambientais do país, acelerando o retrocesso dos últimos anos», *Revista Época* 8 (2017), consultado em 01 fevereiro, 2019, <https://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/09/o-desmanche-ambiental-do-governo-temer.html>.

¹³ Eduardo Viola y Matías Franchini, «Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. Planetary boundaries, Rio+20 and the role of Braz», 479.

¹⁴ Cf. Kátia Brasil, «Por trás da alta das queimadas está o desmatamento, que aumentou 88% no Amazonas», Reportagem publicada por Amazônia Real, 11 Novembro, 2015, consultado em 11 novembro, 2018, <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias-2015/548981-por-tras-da-alta-das-queimadas-esta-o-desmatamento-que-aumentou-88-no-amazonas>.

¹⁵ Eduardo Viola y Matías Franchini, «Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. Planetary boundaries, Rio+20 and the role of Braz», 479.





Pesquisas mostram que o motivo maior do desmatamento no Brasil é a agropecuária, pois o gado precisa de grande quantidade de terra para pastagem e o Brasil é um dos grandes exportadores de carne do mundo. «Na opinião de João Meirelles,¹⁶ o mau uso da terra pela pecuária bovina extensiva na Amazônia é a principal causa da contribuição brasileira para o aquecimento global e corresponde a mais de 85% do desmatamento da floresta». Diante desse fato «reduzir o consumo de carne significa pensar na sobrevivência da espécie humana no planeta Terra», alerta João Meirelles¹⁷.

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2015 foram registrados e divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), um crescimento de 30% em relação ao período anterior, das derrubadas e queimadas na Amazônia. E pesquisadores constataram que «o desmatamento e a degradação florestal são a segunda causa do aquecimento global, responsável por cerca de 15% das emissões de gases de efeito estufa»¹⁸.

Jalília Messias comunica, em reportagem do dia 11 de janeiro de 2017, que nos anos de 2016 obtivemos o pior resultado desde 2008, e os estados mais afetados pelo desmatamento foram Pará, Rondônia e Mato Grosso. Os motivos por trás desse crescimento do desmatamento são a exploração ilegal de madeiras para comercialização, a agropecuária e a falta de investimentos nas fiscalizações para combater as derrubadas e proteger as florestas.¹⁹ Dantas afirma que entre 2017 e 2018 o desmatamento na Amazônia cresceu mais 13,7%, o que representou uma área desmatada de 7.900 km². Foi o maior desmatamento registrado «desde 2008, quando a área desmatada da floresta foi de 12.911 km²»²⁰.

¹⁶ Patrícia Fachin, entrevistando: «**João Meirelles** é presidente da ONG Peabiru, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com a missão de gerar valores para a conservação da biossociodiversidade da Amazônia». Patrícia Fachin, «Desmatamento é consequência. Pecuária bovina é causa», *IHU On-Line. Revista do Instituto Humanitas Unisinos* 311, Vol. 19 (2009), consultado em 12 janeiro 2019, http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2868&secao=311.

¹⁷ Patrícia Fachin, «Desmatamento é consequência. Pecuária bovina é causa»: 1.

¹⁸ Os menores dados de desmate da Amazônia registrados pela INPE foram entre 2011 e 2012, com uma redução de 27% em relação aos períodos anteriores. E em 2013 a 2014 a redução foi de 18%, mas nos dados de agosto de 2015 a julho de 2016 o desmate voltou a crescer drasticamente. Cf. Portal De Pesquisas Temáticas e Educacionais, «Desmatamento da floresta amazônica», consultado em 11 junho, 2018, http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento_floresta_amazonica.htm.

¹⁹ Jalília Messias, «Desmatamento na Floresta Amazônica cresceu 30% em 2016», consultado em 01 abril, 2017, <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/01/desmatamento-na-floresta-amazonica-cresceu-30-em-2016.htm>.

²⁰ Cf. Carolina Dantas, «Desmatamento na Amazônia cresce 13,7% entre 2017 e 2018, dizem ministérios», reportagem do dia 23 outubro 2018, 1-4, consultado em 01 abril 2019, <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2018/11/23/desmatamento-na-amazonia-cresce-137-entre-2017-e-2018-dizem-ministerios.ghtml>.





A Igreja Católica sensibilizada com a questão da ecologia e com a vida ameaçada no planeta toma uma posição. Nandi recorda nove temas ecológicos abordados pelas Igreja nas campanhas da fraternidade.²¹ Ele diz que

A ecologia se refere às relações recíprocas entre o ser humano e seu meio moral, social e econômico, todos os temas das Campanhas da Fraternidade (CFs) são, a partir de 1973, genericamente, de caráter ecológico. A partir dessa data a Igreja, por meio das CFs, preocupa-se e ocupa-se com a realidade social e existencial do povo brasileiro, denunciando o pecado social, promovendo a justiça e repercutindo o Concílio Vaticano II e as Conferências do episcopado latino-americano, especialmente as de Medellín e de Puebla²².

O Papa Francisco na sua carta encíclica *Laudato Si (LS)*, sobre o cuidado da casa comum, diz que o «ambiente natural está cheio de chagas causadas pelo nosso comportamento irresponsável». O papa fala de uma «ecologia integral» que abrange a «casa comum» que é o mundo todo que precisa de um olhar e de cuidado especial²³.

Segundo Cardoso o Papa «Francisco convida a olhar o mundo e as pessoas que nele habitam como uma única e mesma família ou como uma família de famílias». Por isso o «Papa alarga o tratamento da questão ecológica para níveis que vão além dela própria»²⁴.

A Encíclica *Laudato Si*, no número 38, entende que não é possível ignorar os «interesses econômicos internacionais», porém é preciso estar atentos, pois, com pretexto de cuidar «podem atentar contra as soberanias nacionais». No entanto, reconhece e louva

Organismos internacionais e organizações da sociedade civil que sensibilizam as populações e colaboram de forma crítica, inclusive utilizando legítimos mecanismos de pressão, para que cada governo cumpra o dever próprio e não-delegável de preservar o meio ambiente e os recursos naturais do seu país, sem se vender a espúrios interesses locais ou internacionais²⁵.

²¹ «A vida, em suas várias dimensões, esteve presente nos temas e nos lemas das Campanhas da Fraternidade. Cinco Campanhas exibiram o tema “vida” explicitamente: a de 1974 com o tema “Reconstruir a vida”; a de 1984 com o tema: “Fraternidade e vida”; a de 2008 com o tema: “Fraternidade e defesa da vida”; a de 2010 com o tema “Economia e Vida”, e a de 2011 com o tema Fraternidade e a vida no planeta. E de forma implícita a “vida” aparece praticamente em todas as campanhas. Apenas para citar: em 2012 com o tema “Fraternidade e saúde pública” e em 2014 com o tema “Fraternidade e Tráfico humano”. No tocante aos lemas, o elenco é maior: em 1984: “Para que todos tenham vida”; em 1998: “A serviço da vida e da esperança”; em 2001: “Vida sim, drogas não”; em 2003: “Vida, dignidade e esperança”; em 2004: “Água, fonte de vida”; em 2007: “Vida e missão neste chão” e em 2008 “Escolhe, pois, a vida”», cf. Nandi Domingos Volney, «Os temas ecológicos nas Campanhas da Fraternidade», *Encontros Teológicos* 72, Ano 30, n. 3 (2015): 28, consultado em 03 março, 2019, <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/27/23>.

²² Nandi Domingos Volney, «Os temas ecológicos nas Campanhas da Fraternidade»: 27-28.

²³ Francisco, *Carta Encíclica: Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*, n. 6.

²⁴ Delmar Cardoso, «Ecologia integral», Editorial. Pensar-Revista Eletrônica da FAJE 1, Vol. 7 (2016): 1-4, consultado em 01 fevereiro, 2019, file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/3519-Texto%20do%20artigo-12095-1-10-20161212.pdf.

²⁵ Francisco, *Carta Encíclica: Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*, n. 38





A negligência à proteção da natureza poderá causar grandes impactos no ecossistema planetário tais como: secas, ondas de calor intenso, fortes furacões, enchentes, tormentas exacerbadas, grandes migrações, fenômeno que já são visíveis e estão ocorrendo em várias regiões do mundo. Ainda pode-se mencionar a eliminação das reservas, dos povos indígenas e das espécies animais, vegetais e o incremento acelerado da emissão de gás carbônico causado pelo desmate e queimadas que contribui para o efeito estufa²⁶. Pesquisas demonstram que três quartos desse tipo de poluição no Brasil poderiam ser evitados, com a proteção das matas.

Foram constatados em outubro de 2016 e divulgados pelo Sistema de Estimativa de Gases de Efeito Estufa (SEEG) dados alarmantes sobre a emissão do CO₂: «O SEEG divulgou que a emissão de CO₂, provocada pelo desmatamento, aumentou 11%. O desmatamento já é a principal origem da emissão de gases do efeito estufa em nosso país»²⁷.

Ilmar Soares, fala dos impactos das empresas em uma busca desenfreada de lucro ao curto prazo e uma imprudência com o meio ambiente que deixam grandes estragos na Amazônia²⁸. E Bernard Smith chama a atenção do fato de que as florestas tropicais desapareceram na África, na Ásia e na América do sul. Segundo ele, dos anos de 1900 a 2000, perdemos a metade das florestas tropicais do mundo porque muitos países se deixaram levar pela ilusão do lucro imediato com a derrubada e a comercialização da madeira das florestas. Sem árvores, desaparecem as chuvas e os desertos aparecem e crescem, os rios secam e quando há chuvas são tempestades causando erosão e catástrofes. Consta que as geleiras estão derretendo e os oceanos enchendo, enchentes e tempestades devastadoras estão acontecendo²⁹.

Outro impacto ao meio ambiente é apontado por Harald Sioli, têm a ver com a principal matriz energética adotada pelo Brasil a décadas. Para esse autor a construção de usinas hidrelétricas traz benefícios, mas faz um enorme desastre encobrendo enormes partes de florestas, que depois apodrecem causando mosquitos e doenças como malária, leishmaniose, e não podendo utilizar da água para beber³⁰. Segundo Silva Junior

Devido ao porte das obras, as usinas hidrelétricas (UHEs) interferem de maneira impactante sobre o ambiente. Até a promulgação da Resolução 01/1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), não havia obrigatoriedade na elaboração de estudos de impactos ambientais para obras de usinas hidrelétricas. A partir desta

²⁶ Cf. Ambiente Brasil, «A Amazônia não é o pulmão do mundo», consultado em 11 abril, 2019, http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta_amazonica/a_amazonia_nao_e_pulmao_do_mundo.html.

²⁷ Cf. Portal De Pesquisas Temáticas e Educacionais, «Desmatamento da floresta amazônica».

²⁸ Ilmar Soares, *Problemas contemporâneos da Amazônia* (Belém: Unama, 2005).

²⁹ Cf. Bernard Smith, *The Amazon Rain Forest* (London: Clare Gray Publishing Services Ltda, 2007).

³⁰ Cf. Harald Sioli, *Amazonas. Fundamentos da ecologia da maior região de floresta tropicais* (Petrópolis: Vozes, 1985).





legislação, o processo de licenciamento de UHE se tornou mais exigente em termos ambientais³¹.

Amazônia brasileira começou a ser impactada com as construções das usinas hidrelétricas a partir da década de 1960. Foram construídas várias hidrelétricas que, mesmo sendo de pequeno³² porte, tiveram grandes impactos no meio provocados pelas áreas inundadas. Nessa área as árvores e toda vegetação ficam submersas, e, depois de entrar em decomposição, provocam «a emissão de gases, que em associação com outros elementos provocaram corrosão nas turbinas, excessivo crescimento de macrófitas aquáticas, emissão de Gases de Efeito Estufa». Um efeito adicional deve-se ao fato de que, em torno do reservatório aumenta o desmatamento com as ocupações irregulares e retirada de madeira. Além de provocar a «uma desestruturação do campesinato ribeirinho e de grupos indígenas»³³.

Na questão dos desmatamentos, embora este tenha efeitos além da Amazônia, regulando toda a área coberta por florestas no Brasil, deve-se acrescentar que o novo Código Florestal Brasileiro (NCFB) também não trouxe boas notícias no que diz respeito ao desmatamento no Brasil. Após 18 meses de debate o NCFB foi aprovado com alterações que estabelecem novas formas de medição para a delimitação das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) às margens dos rios e nascentes e na Reserva Legal (RL)³⁴.

As regras para definição e delimitação permitem uma drástica redução em termos de exigência de APPs e RL no Brasil. Segundo Vargas na primeira edição do Código Florestal Brasileiro em 1965 «a definição legal das funções ecossistêmicas» prestadas pelas APPs e RL, «havia uma área de preservação nas margens dos cursos d'água que se media a partir da borda da calha do leito maior e que foi mantida pela Lei nº 12.651 de 2012». Contudo, com o NCFB essas áreas foram reduzidas e «passam a ser medidas a partir da borda da calha do leito normal (regular)», o que certamente gera a permissão de uma área maior para o desmate e terá «impactos negativos à biodiversidade e à estabilidade de leitos e encostas fluviais».

³¹ Orleno M. Silva Junior, «Empreendimentos de geração hidrelétrica na Amazônia: desmatamento em áreas de uso restrito e gestão de áreas protegidas». (Tese de Doutorado, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação E Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018), 16, consultado em 17 agosto, 2019, http://www.ppe.ufjf.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Orleno_Marques_da_Silva_Junior.pdf.

³² Hidrelétricas de Coaracy Nunes e Curuá-Uma e depois de Tucuruí, Balbina e Samuel.

³³ Orleno M. Silva Junior, «Empreendimentos de geração hidrelétrica na Amazônia: desmatamento em áreas de uso restrito e gestão de áreas protegidas», 44.

³⁴ O novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), define a Reserva Legal no art. 3º, III, como: «área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural (...) com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa». Quando o imóvel estiver localizado na Amazônia Legal: a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas; b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado; c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais; II e 20% (vinte por cento) quando localizado nas demais regiões do País.





Sem contar que a «nova lei negou proteção aos olhos d'água intermitentes, que ficam vulneráveis às intervenções antrópicas, como a compactação do solo ao seu redor, a contaminação por fertilizantes, agrotóxicos ou outras substâncias»³⁵.

Tal forma de medição tem significativo impacto ambiental, importando em redução das áreas protegidas. Com efeito, no caso dos rios que apresentam substancial alteração de seus leitos em períodos de cheias verificar-se-á que boa parte da APP será periodicamente inundada, prejudicando seus processos ecológicos essenciais, além de tornar possível a ocupação dessas áreas de várzea, provocando situações de risco e transtornos sociais às populações³⁶.

O tema das Reservas Legais foi um dos temas mais debatidos no novo Código. E prevaleceu a força do agronegócio. Permitiu-se descontar da Reserva Legal, áreas de Preservação Permanente (APPs) o que é um retrocesso³⁷, e também a recomposição da Reserva Legal com até 50% de espécies exóticas, o que significa contabilizar plantação de *eucalyptus* e *pinnus* como recomposição florestal.

Pode-se mencionar ainda, o desmatamento para instalação de projetos para exploração de minérios e pedras preciosas, elites predadoras que visam acúmulo de terras e/ou exploração da madeira e/ou minério³⁸.

E observar que, segundo Viola, outros motivos e fundamentos do desmatamento na Amazônia, são também a condição de pobreza de um grande número da população em assentamentos; a falta de habilidade na condução das políticas para proteção da área; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e as «exigências ambientais estaduais» que são mais permissivas ou não são fiscalizadas por estarem atreladas a uma visão de desenvolvimento a curto prazo, induzido por parte das elites locais³⁹.

Para Andrade, o fator básico crucial do desmatamento é o capitalismo, que gerou um consumismo desenfreado na sociedade contemporânea e que torna maior o problema socioambiental. A produção capitalista não inclui em sua planilha de contas o custo ambiental. As indústrias e tecnologia geram efeitos desastrosos para o meio ambiente, não relacionam e nem contabilizam no processo de produção as quantidades de poluição,

³⁵ Fábio Vargas A., «Análise crítica dos potenciais impactos ambientais derivados das alterações do Código Florestal Brasileiro em 2012», (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Francisco Beltrão, 2018), 49, 51.

³⁶ Cf. Fábio Vargas A., «Análise crítica dos potenciais impactos ambientais derivados das alterações do Código Florestal Brasileiro em 2012», 50.

³⁷ Talden Farias, «A reserva legal ambiental no novo código florestal», consultado em 20 de agosto de 2019, <https://www.conjur.com.br/2019-jul-06/reserva-legal-ambiental-codigo-florestal>.

³⁸ Cf. Portal De Pesquisas Temáticas e Educacionais, «Desmatamento da floresta amazônica».

³⁹ Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil», RBCS 50, Vol. 17 (2002): 25-46.





desmatamento, exploração e destruição de vidas nele embutidos. É um padrão desenfreado que só visa o «crescimento econômico» imediato, fazendo ser maior a «crise ambiental»⁴⁰.

Smith lembra que as florestas trazem grandes benefícios coletando as impurezas do ar transmitidas pelas indústrias e cidades. Pois elas podem absorver as impurezas purificando o ar que respiramos. Ele aponta que «ser humano usa 20% a mais dos recursos naturais que a Terra pode repor». E que «este estilo de vida sobre o Planeta é insustentável» utilizando ou apenas esbanjando «estoques naturais comprometendo as gerações atuais e futuras»⁴¹.

Diante dessa realidade a Igreja Católica sensibilizada com a questão avançou e convocou «a construir e fortalecer uma grande rede em defesa da vida dos povos e bioma amazônico, e a resistir à lógica do lucro que destrói a nossa “casa comum”, a Amazônia, o planeta Terra». Fundou em 2014 a «REPAM», uma rede a serviço da vida na Amazônia, «rede que se propõe a escutar, acompanhar, apoiar, animar, formar, servir, estimular, comunicar e unir as forças para responder aos grandes desafios socioambientais»⁴².

O documento em preparação para o Sínodo da Amazônia aponta que os interesses econômicos provocam e intensificam o desmate indiscriminado da floresta,

a contaminação dos rios, lagos e afluentes (por causa do uso indiscriminado de agrotóxicos, derrame de petróleo, mineração legal e ilegal, e dos derivados da produção de drogas). A tudo isso, soma-se o narcotráfico, pondo em risco a sobrevivência dos povos que, nesses territórios, dependem de recursos animais e vegetais⁴³.

No Documento de Aparecida número 471 pede-se que «nas intervenções sobre os recursos naturais, não predominem os interesses de grupos econômicos que arrasam irracionalmente as fontes da vida»⁴⁴.

No mundo contemporâneo, mesmo que as pessoas estejam mais conscientes da importância das florestas para o globo e para a humanidade, e ainda que uma grande parte da floresta amazônica esteja em parques protegidos, o desmatamento e as queimadas continuam acontecendo. É urgente tomar novas atitudes e fazer algo mais para a proteção da Amazônia. Smith lembra que é preciso mais consciência, «melhor distribuição de renda e um desenvolvimento menos predatório». Pois «uma única pessoa que mora em 20 mil hectares de Floresta Amazônica ou do Pantanal pode causar mais danos à natureza, com a utilização

⁴⁰ Thales de Andrade, «Inovação Tecnológica e Meio Ambiente: A construção de novos enfoques», *Ambiente & Sociedade*, Vol. VII (2004): 96, citando Barry Commoner (1974): 144, consultado em 12 novembro, 2018, <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23538.pdf>.

⁴¹ Bernard Smith, *The Amazon Rain Forest*, 9.

⁴² Cf. Rede Eclesial Pan-Amazônica, «REPAM-Brasil. Tecendo redes em defesa da nossa Casa Comum», consultado em 23 janeiro, 2019, https://repam.org.br/?page_id=863.

⁴³ Comissão Episcopal para a Amazônia Rede Eclesial Pan-Amazônica – repam brasil. *Documento Preparatório*.

⁴⁴ Conselho Episcopal Latino-Americano, *Documento De Aparecida, Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribe* (São Paulo: Paulus, 2008), n. 471.





de queimadas ou motosserra, que dois mil moradores de um edifício localizado no centro de São Paulo que tenha consciência ambiental»⁴⁵.

Segundo Adeodato, a destruição da Amazônia poderá comprometer o futuro do planeta,

Chegará um dia em que a região será palco de cenas que hoje, são exclusivas do cinema – cataclismos causados pelas mudanças globais, macacos sem espaço para viver transmitindo epidemias aos homens, tropas norte-americanas desembarcando na foz do rio Amazonas para salvar as últimas áreas de floresta, indispensável para a sobrevivência do planeta? Filme de ficção que se tornará realidade⁴⁶.

Muitas vezes, o desmatamento se dá com a desculpa do desenvolvimento, no entanto, temos uma vasta área desmatada da Amazônia que se poderia investir, sem precisar destruir o resto das matas que resta. Seria prudente que, com o capital gerado pelas fábricas poluentes e com os avanços tecnológicos, essas empresas juntamente com as ONGs, instituições religiosas e a comunidade internacional, unidas investissem no desenvolvimento sustentável. É preciso unir as forças e assumir compromissos para proteção à natureza, às florestas ou pagaremos caro por destruí-las.

2. Atores e interesses que marcaram os debates sobre desmatamento da Amazônia

O meio ambiente é um tema que gera debates nacionais e internacionais. A preocupação com o mundo, com as mudanças climáticas envolvem o assunto do desmatamento das florestas e, portanto, são questões que levaram os países e instituições a se reunirem para discutir e lançar metas ambientais.

O Papa Francisco lança um convite urgente para «renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta». Ele afirma que

Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental que vivemos, e as suas raízes humanas, dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. [...] As atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas. Precisamos de nova solidariedade universal⁴⁷.

Viola aporta que «a atmosfera é um bem público global» que deve ser utilizado com precaução, porque a mesma tem «capacidade limitada de absorver poluições ou emissões de gases de efeito estufa sem provocar alterações na saúde humana ou no clima»⁴⁸.

⁴⁵ Bernard Smith, *The Amazon Rain Forest*, 15.

⁴⁶ Sergio Adeodato, *Amazônia a floresta assassinada: falta muito pouco para matá-la de vez*.

⁴⁷ Francisco, *Carta Encíclica: Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*, n. 14.

⁴⁸ Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil»: 27-28.





É neste sentido que líderes e convenções e instituições se reúnem para estabelecer acordos em nível nacional e internacional, a fim de defender e estabilizar a questão relacionada à proteção do meio ambiente⁴⁹. Parte destes acordos relaciona-se com a floresta amazônica.

No entanto, segundo Souza, dados do desmatamento colocam «na berlinda a capacidade do Brasil cumprir seus compromissos internacionais» relacionados à redução do desmatamento na Amazônia. Foram quase oito mil quilômetros quadrados de matas destruídas entre meados de 2015 a julho de 2016. O ministro do meio ambiente, Sarney Filho, admitiu que os dados eram alarmantes e afirmou que estava «retomando a mão o domínio do desmatamento para reverter à situação»⁵⁰. No entanto, mais uma vez houve falha nos compromissos, pois segundo Dantas esses dados aumentaram ainda mais em 2017 e 2018.⁵¹ Isso é confirmado pelos relatórios atuais, segundo uma reportagem de Matt McGrath, publicada na BBC Brasil em 25 de abril de 2019: Na Amazônia, especificamente, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) registrou, entre agosto de 2017 e julho de 2018, aumento no desmatamento de 13,7% em relação aos 12 meses anteriores - o pior resultado em 10 anos⁵².

Souza diz que para o Brasil cumprir as metas do compromisso firmado em Copenhague⁵³ tem que reduzir pela metade o desmatamento⁵⁴. No entanto, os dados mostram que o Brasil está longe de reduzir e controlar o desmatamento e com isso alcançar a meta de redução de gases poluentes.

⁴⁹ Para supervisionar essa questão, em 1988, o Programa Ambiental da Nações Unidas constituiu o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) que analisa as mudanças no clima, suas causas e consequências e tem contribuído para conscientizar e mobilizar as nações frente às mudanças climáticas.

⁵⁰ Oswaldo B. Souza, «Desmatamento na Amazônia explode entre 2015 e 2016», Instituto Socioambiental. Notícia do dia 29 de novembro de 2016, consultado em 08 abril, 2019, <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-na-amazonia-explode-entre-2015-e-2016>.

⁵¹ Cf. Carolina Dantas, «Desmatamento na Amazônia cresce 13,7% entre 2017 e 2018, dizem ministérios».

⁵² Instituto Humanitas Unisinos – IHU «Brasil liderou desmatamento de florestas primárias no mundo em 2018», (2019): 1-5, consultado em 26 abril 2019, <http://www.ihu.unisinos.br/588638-brasil-liderou-desmatamento-de-florestas-primarias-no-mundo-em-2018-mostra-relatorio>.

⁵³ «Durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas realizada em 2009 em Copenhague, o Brasil assumiu (...) comprometer-se voluntariamente a cortar as emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% em comparação com o cenário atual de negócios até 2020». «Reduzir o desmatamento da Amazônia (extinção estimada da redação: 564 milhões de toneladas de carbono até 2020». Cf. Portal Brasil, «Compromisso voluntário do Brasil», publicado 17 outubro de 2011 última modificação 28 de julho 2014, consultado em 02 abril, 2019, <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/o-compromisso-voluntario-do-brasil>.

⁵⁴ Afirmação do Coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases do Observatório do Clima (SEEG). Cf. Oswaldo B Souza, «Desmatamento na Amazônia explode entre 2015 e 2016», Instituto Socioambiental. Notícia do dia 29 de novembro de 2016, consultado em 08 abril, 2019, <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-na-amazonia-explode-entre-2015-e-2016>.





De início, o Brasil deu passos largos para redução do aquecimento global, reduzindo o desmatamento da Amazônia significativamente. Sendo exemplo internacional de cumprimento dos acordos conhecido REDD+⁵⁵. Ao mesmo tempo, utilizando incentivos de «mercado financeiro visando à redução de emissões dos gases do efeito estufa decorrentes da degradação das florestas e do desmatamento»⁵⁶ o Brasil continuou aumentando a produção de gado e da agricultura o que causou admiração internacional.

Entretanto, na avaliação de Viola e Basso, as metas e compromissos assumidos em 2009 «são fracos e não são nada ambiciosos»⁵⁷. E, pior que isso, o histórico do Brasil mostrou que as implementações das metas assumidas e prometidas voluntariamente, tanto a nível nacional como internacional, ou estão avançando aquém da velocidade necessária ou até mesmo regredindo, e os índices continuam crescendo no sentido oposto ao da descarbonização.

Atualmente são 195 países que são membros do *The Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC). Esta organização discute e realiza uma série de estudos, pesquisas e ideias de negociações para redução da emissão de carbono nos últimos anos. Com o IPCC a ONU logrou a formulação do Protocolo de Kyoto⁵⁸ onde os países se comprometeram estabelecendo metas para redução de emissões dos gases poluentes.

Na questão da redução da taxa de desmatamento segundo Viola,

A Indonésia liderava com 1,1% e o Brasil vinha em segundo lugar com 0,5% e em terceiro a Rússia e a China com 0,1%. Sendo que a Rússia tem 22% e o Brasil 16%, Estado Unidos 6 %, Canadá 5%, China 4%, Indonésia 3% da parcela de floresta mundial [...]. O único país que está incrementando anualmente 0,3% da área florestal é os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo, está em defasagem na taxa de emissão de carbono ao

⁵⁵ O REDD em inglês *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation*; em português, Redução de Emissões decorrentes do Desmatamento e da Degradação de Florestas, REDD + representa os esforços dos países para reduzir as emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento e da degradação florestal, ações para proteção das florestas e melhoria dos seus serviços ambientais para promover a conservação, o manejo sustentável das florestas e o aprimoramento dos estoques de carbono florestal. Cf. Jornalismo Ambiental ((O)) ECO, «Entenda o que é REDD», categories: Dicionário Ambiental, 20 Janeiro 2014, consultado em 01 Fevereiro, 2019, <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27940-entenda-o-que-e-redd/>.

⁵⁶ Viviane Fernandez; José Saldanha Machado; Mario Luis Gomes Soares, «O Mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) em Manguezais e o Atual Processo de Formulação de uma Política Pública Nacional», VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 (2012): 7, consultado em 16 julho, 2018, <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT7-1203-1075-20120627112902.pdf>.

⁵⁷ Eduardo Viola y Larissa Basso, «Da para acreditar nas metas do Brasil? Especial para o Observatório do Clima. 2015», 1, consultado em abril 8, 2019, <http://www.observatoriodoclima.eco.br/da-para-acreditar-nas-metas-do-brasil/>.

⁵⁸ O Protocolo de Kyoto foi ratificado em 25/03/1998, e tem como objetivo tomar ações para redução de emissão de gases poluentes a fim de diminuir o aquecimento global. Este entrou oficialmente em vigor somente no dia 16/02/2005. Cf. Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais, «Protocolo de Kyoto: O que é, objetivos, ações», consultado em 04 abril, 2019, http://www.suapesquisa.com/geografia/protocolo_kyoto.htm.





compromisso assumindo em Kyoto de reduzir 7% até 2010, está em defasagem, superior a 14%. Igualmente falharam o Japão que se comprometeram em diminuir 6% e apresentaram uma taxa de 4% mais alta⁵⁹.

Os países emergentes como um todo, «apoiaram o compromisso do Protocolo de Kyoto», mas alguns têm médias altas de emissão de carbono causada por matriz energética a carvão e/ou petróleo como China, Índia, África do Sul e México; ou com excessivo desmatamento, como Brasil, Tailândia, Malásia e Filipinas⁶⁰. Com esses dados vemos que grande parte da comunidade internacional está falhando com seus compromissos ecológicos.

Em 2001 foi aprovado o terceiro relatório oficial do IPCC⁶¹ com alerta sobre os riscos das mudanças climáticas. No mesmo ano os Estados Unidos se retiraram das negociações do Protocolo de Kyoto considerando-o inapropriado para lidar com mudanças climáticas. A União Europeia assumiu de levar adiante as negociações, baseando no princípio que seria melhor um acordo mínimo do que finalizar o Protocolo. E todos os países chegaram a um acordo menos os EUA.⁶² O Brasil apoiou a União Europeia.

Os objetivos de diminuição de emissões de gases poluentes propostos pelo Protocolo de Kyoto estão longe de serem atingidos. Por outro lado, especialistas afirmam que os resultados teriam sido piores se o Protocolo não houvesse adotado medidas governamentais práticas com o fim de reduzir os impactos climáticos⁶³.

No Brasil, a Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) instituída pela lei 12.187/2009 instituiu atuações em diferentes departamentos para aplacar a mudança do clima. Entre elas algumas são de «reduzir o desmatamento; programar a agricultura de baixo carbono; manter elevada a participação de energia renovável na matriz elétrica, aumentar a eficiência energética, fomentar o aumento da participação de bicomcombustíveis»⁶⁴.

No entanto quase nada foi implementado, ao contrário, retrocessos importantes ocorreram desde a PNMC.

Vale lembrar que entre os compromissos do Brasil submetidos à Convenção do Clima da ONU está o de alcançar o desmatamento zero na Amazônia, assim como a compensação

⁵⁹ Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil»: 31.

⁶⁰ Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil»: 31-32.

⁶¹ O IPCC «Atualmente entrando na sexta rodada, vem envolvendo um número cada vez maior de pesquisadores, sistematizando em seus cinco relatórios (1990, 1995, 2001, 2007 e 2014) o estado da arte do conhecimento das comunidades de cientistas que lidam com o clima e o aquecimento global», cf. José Correa Leite, «Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico», *Scientiae Zudia* 3, Vol. 13 (2015): 644 e 656.

⁶² Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil»: 33-35.

⁶³ Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais, «Protocolo de Kyoto: O que é, objetivos, ações».

⁶⁴ Eduardo Viola y Larissa Basso, «Da para acreditar nas metas do Brasil? Especial para o Observatório do Clima. 2015», 2.





pela supressão legal de vegetação, até 2030. Viola e Basso acreditam que para alcançar esta meta a batalha contra o crime de desmatamento precisaria ser muito mais intensa⁶⁵.

A repórter Messias afirma que no Acordo de Paris⁶⁶, em 2016 o Brasil assegurou ser capaz de zerar o desmatamento da Amazônia até 2030 e recuperar doze milhões de hectares da floresta destruída. Ainda por meio de uma nota o Ministério do Meio Ambiente ressaltou a promessa garantindo de cumprir a meta até 2020. O IBAMA informou que disponibilizaria mil fiscais, o que é seguramente insuficiente para fiscalização de toda área Amazônia⁶⁷.

Segundo Paiva, publicado em Agência Brasil – «Últimas notícias do Brasil e mundo», do dia 08/02/2017, foi lançado o «Programa Municípios Sustentáveis do Amazonas» (PMSA), que visa contribuir com a diminuição do desmatamento e das queimadas na floresta amazônica; promover o reflorestamento de áreas desmatadas; avançar na regularização fundiária; implementar a economia sustentável; entre outras ações. Para isso convidaram os municípios e as comunidades locais a aderirem ao projeto, prometendo que, caso tivessem sucesso na implementação do plano, receberiam por recompensa um selo de sustentabilidade. Além da participação direta da população local para fiscalização da área o programa terá a cooperação do Ministério do Meio Ambiente, instituições e ONGs⁶⁸.

Essa é uma iniciativa que poderia dar bons resultados, por envolver a população local. Paiva ainda pondera que ao mesmo tempo em que o programa oferece ajuda econômica à população local com a implementação do desenvolvimento sustentável⁶⁹, visa à proteção da natureza, o combate à pobreza e inclusão social⁷⁰.

⁶⁵ Eduardo Viola y Larissa Basso, «Da para acreditar nas metas do Brasil? Especial para o Observatório do Clima. 2015».

⁶⁶ «O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países membros da “United Nations Framework Convention on Climate Change” UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável». Cf. Ministério do Meio Ambiente, «Acordo de Paris», consultado em 12 maio, 2017, <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>.

⁶⁷ Cf. Jalília Messias, «Desmatamento na Floresta Amazônica cresceu 30% em 2016».

⁶⁸ Cf. Bianca Paiva, «Amazonas lança programa de combate ao desmatamento na floresta amazônica», publicado em *Agência Brasil*, últimas notícias do Brasil e do mundo EBC, Edição: F. Massali, no dia 08/02/2017, consultado em 01 abril, 2018, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/amazonas-lanca-programa-de-combate-ao-desmatamento-na-floresta-amazonica>.

⁶⁹ «O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras, (...) ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os *habitats* naturais», Wikipédia, a enciclopédia livre. Definição do Relatório de Brundthand. Cf. Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, «Direção Geral do Ambiente Direção de Serviços de Informação e Acreditação», Maria Leonor Gomes, Maria Margarida Marcelino, Maria da Graça Espada, consultoria exterior: Tomás Ramos, Valdemar Rodrigues, Amadora: Enclave - Publicidade e Marketing, 2000, consultado em 01 Janeiro, 2019 file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/sids_pdf_2000.pdf.

⁷⁰ Cf. Bianca Paiva, «Amazonas lança programa de combate ao desmatamento na floresta amazônica».





Paiva aponta que o governador do estado do Amazônia, José Melo, acredita que uma forma de tornar a economia sustentável seria criar projetos que valorizam as riquezas naturais da Amazônia de maneira que essa seja explorada sem degradação e gerando emprego⁷¹.

Nesse sentido, observa-se certa preocupação do Estado brasileiro com a preservação da Amazônia na questão de fazer planos e assumir compromissos. As organizações governamentais e não governamentais, instituições e o ministério público unem forças para ver caminhos e criar projetos para salvar a Amazônia. Os debates estão acontecendo, mas é preciso mais ações concretas e compromissos com as metas e projetos programados para salvar a floresta amazônica, pois na realidade vemos crescer o desmatamento a cada ano, e nada de reflorestamento. Essas valiosas falas e tomadas de decisões parecem ter sido esquecidas quando vemos que não estão sendo implementadas.

Laudato Si número 49, assinala que muitas vezes nos debates políticos e econômicos internacionais, parece que os problemas ambientais e ecológicos são colocados «como um apêndice, como uma questão que se acrescenta quase por obrigação». No entanto, nada acontece «na hora da implementação concreta». Tanto a questão relacionada aos pobres, quanto à questão ecológica que coexiste no discurso de uma economia «verde», ficam muitas vezes somente no palavreado dos discursos. A Encíclica chama a atenção que «hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que se deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres»⁷². É a questão de um sério compromisso com a «ecologia integral».

3. Caminhos para proteção da Amazônia

Podemos dizer que historicamente as conferências sobre o meio ambiente foram maneiras de se reunir e unir forças para uma maior consciência de proteção à natureza. Lorenzetti e Carrion falam dos dados das conferências que ajudaram a comunidade internacional a chegarem juntas e discutirem o futuro do cuidado do planeta⁷³.

Começando em 1972, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente com o slogan: «pense globalmente, aja localmente». Na sequência a conferência Rio 92 tratou do buraco na camada de ozônio, das alterações climáticas, e da grande perda de biodiversidades e propuseram metas para o «Desenvolvimento Sustentável» envolvendo atores estatais e ONGs. Em Johannesburgo 2002, propuseram metas para «reduzir pela metade em 2015, a proporção de pessoas sem acesso a água potável, a pobreza a poluição e o desmatamento acelerado». E em 2012 na Rio+20 renovam os compromissos políticos com o

⁷¹ Cf. Bianca Paiva, «Amazonas lança programa de combate ao desmatamento na floresta amazônica».

⁷² Francisco, *Carta Encíclica: Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*, n. 49.

⁷³ Cf. Julia Vaz Lorenzetti y Rosinha Machado Carrion, «Governança ambiental global: atores e cenários», *Cadernos EBAPE.BR* 3, Vol. 10 (2012): 5-8, consultado em 02 junho, 2017, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300014&lng=en&nrm=iso.





«Desenvolvimento Sustentável – economia verde», redução da pobreza e metas para redução dos gases efeito estufa⁷⁴.

No entanto Lorenzetti e Carrion afirmam que tanto os resultados do Rio 92 como de Johannesburgo apresentam dados decepcionantes, com muitas falhas nos compromissos assumidos. Mas ao mesmo tempo não se pode negar que sem essas conferências a situação poderia estar ainda pior. Portanto elas devem continuar acontecendo a nível internacional onde as nações devem cobrar uma das outras e ajudar manter o planeta vivo e verde.

O Protocolo de Kyoto sugeriu a nível internacional medidas de ações a importantes como:

Aumento no uso de energias limpas (biocombustíveis, energia eólica, biomassa e solar); proteção de floresta e áreas verdes; otimização de sistemas de energia e transporte, visando o consumo racional; definição de regras para emissão dos créditos de carbono (certificados emitidos quando há redução da emissão de gases poluentes)⁷⁵.

O Brasil tem feito esforços para aumentar medidas adotando também a energia limpa, mas precisa de muito mais compromisso e iniciativas para salvar e proteger especialmente a floresta amazônica, para que essas medidas sejam realizadas concretamente.

Viola afirma que o Brasil possuiu «dois terços da maior floresta pluvial do mundo» com matriz energética fundada em recursos naturais renováveis (basicamente hidroelétrica e biomassa), «grande reservatório mundial de biodiversidades e de apreensão de carbono»⁷⁶, o que torna necessário política favorável a sua preservação com desenvolvimento sustentável.

A política externa na causa ambiental foi iniciada por Collor e sedimentada por Fernando Henrique Cardoso reforçando laços internacionais nos fóruns mundiais. Por exemplo, em 2001, o Brasil gerou mais de 90% de sua eletricidade a partir de fontes hídricas e «lugar de destaque na hidroeletricidade mundial (apenas atrás da Noruega e da Áustria)»⁷⁷.

O Portal Brasil publicou no dia 15 de março de 2017 que o BNDE aprovou os projetos de energia eólica que é um «projeto de geração de energia elétrica renovável para áreas

⁷⁴ Cf. Julia Vaz Lorenzetti y Rosinha Machado Carrion, «Governança ambiental global: atores e cenários»: 8-9.

⁷⁵ Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais, «Protocolo de Kyoto: O que é, objetivos, ações».

⁷⁶ Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil»: 35.

⁷⁷ Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil»: 36.





isoladas da Região Amazônica»⁷⁸. Com este projeto acredita-se que diminuirão as toneladas de dióxido de carbono e outros poluentes diariamente lançadas no meio ambiente⁷⁹.

Viola apresenta três pontos importantes que acredita serem fundamentais para redução das derrubadas e queimas das florestas. Segundo ele,

É preciso políticas sociais que melhorem o nível educacional e acelerem a distribuição de terras e de tecnologia complementar entre a população que hoje depende da agricultura tradicional e da conversão do uso da terra; políticas de controle sobre as atividades madeireiras ineficientes e predatórias acompanhadas de estímulo para convertê-las em atividades eficientes e relativamente sustentáveis; atuação coordenada do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e das forças Armadas para fortalecer o Estado de Direito na Amazônia⁸⁰.

O meio ambiente é um direito, mas também um dever universal de todos os povos e nações, tanto o uso como os cuidados para sua preservação são um dever da população mundial, da comunidade internacional. É bom lembrar que o Brasil em 1997 propôs o Fundo do Desenvolvimento Limpo (FDL), juntamente com os Estados Unidos articulou uma nova versão onde «abriu a possibilidade de os países desenvolvidos cumprirem parte de suas metas de redução da emissão por meio de financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável nos países emergentes e pobres»⁸¹.

Por muito tempo o Brasil se posicionou a favor de que os países desenvolvidos cooperem com fundos aos países pobres nas questões do FDL⁸². O contínuo sucesso nessa questão ajudará projetos de proteção ao meio ambiente. O governo atual, no entanto, está abandonando esta postura⁸³.

Débora Brito explora, em sua análise, elementos ligados à recuperação internacional do desmatamento. Nesta busca de preservação e recuperação da floresta amazônica, estão envolvidos: o IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), o Serviço Florestal Brasileiro, e o Ministério do Meio Ambiente⁸⁴. E para esse fim o

⁷⁸ «O projeto de energia solar envolve pequenas e médias empresas com recursos do Fundo do Clima e financiamentos com mais 65% em taxa de juros a longo prazo e para as eólicas e biomassa com financiamento de até 55% com prazo de carência do financiamento de seis meses», cf. Portal Brasil, «Projetos de energia renovável na Amazônia serão financiados pelo BNDES», Energia limpa, 15 março 2017, consultado em 02 abril, 2017, <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/03/projetos-de-energia-renovavel-na-amazonia-serao-financiados-pelo-bndes>.

⁷⁹ Cf. Portal Brasil, «Projetos de energia renovável na Amazônia serão financiados pelo BNDES».

⁸⁰ Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil»: 38.

⁸¹ Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil»: 39.

⁸² Neste acordo de FDL houve notável colaboração entre a diplomacia norte-americana e a brasileira nas negociações e foi uma vitória para todos os países

⁸³ Rejeitou ajuda da Alemanha e da Noruega para o Fundo Amazônia. Ver <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-e-noruega-rejeitam-mudancas-na-gestao-do-fundo-amazonia/a-49141860>.

⁸⁴ Cf. Débora Brito, «Desmatamento na Amazônia cresce 29% em um ano», Repórter da Agência Brasil, Edição de Lídia Neves 30 nov. 2016, consultado em 07 novembro, 2018, <http://agenciabrasil.ebc.com.br>.





orçamento foi elevado a fim de reverter a situação atual do Brasil e dar uma resposta mais positiva à comunidade internacional nos anos vindouros.

Também é preciso desfazer as políticas erradas: o «anúncio da transferência do cadastro Ambiental Rural é um bom começo, mas não suficiente, é preciso mais»⁸⁵. É preciso ser criativo para «reduzir e zerar a devastação» com novos incentivos e um eficiente monitoramento do setor privado⁸⁶.

Cristaldo acredita que as últimas análises sobre o crescimento dos desmatamentos devem levar a um maior envolvimento da sociedade no controle das derrubadas, com incentivos à produção em áreas já desmatadas, e a participação no controle e proteção das florestas. Para isso é importante que a população local seja conscientizada e incentivada a manter suas florestas e a ajudar na fiscalização da infiltração dos depredadores que lá chegam para destruir⁸⁷.

O capítulo V da *Laudato Si* apresenta linhas de orientação e ação para ajudar a «sair da espiral de autodestruição, na qual estamos inseridos». Diz que «para enfrentar os problemas de fundo» é preciso unir forças, pois é «indispensável um consenso mundial». É preciso «pôr alguns limites razoáveis e até mesmo retroceder» para diminuir o ritmo de consumo e desperdício. «Precisamos de uma política que pense com visão ampla e leve adiante uma reformulação integral»⁸⁸. Chama atenção para «que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos...?» Que «as previsões catastróficas já não se podem olhar com desprezo e ironia. Às próximas gerações, poderíamos deixar demasiadas ruínas, desertos e lixo. O ritmo de consumo, desperdício e alteração do meio ambiente superou de tal maneira as possibilidades de recuperação do planeta, que o estilo de vida atual – por ser insustentável – só pode desembocar em catástrofes»⁸⁹.

Com estas propostas o Papa nos convida a nos colocar dentro da melhor tradição teológica latino-americana, a reconhecer nos gritos da terra, como no grito dos pobres⁹⁰, um «lugar hermenêutico», como fonte de conhecimento teológico e, portanto, como «revelação». Pois revelam-se ali novos apelos de Deus para nós, novo rosto de Deus, que devem ser seriamente considerados por nós⁹¹. Leonardo Boff propõe discernir entre as duas maneiras diferentes de «estar no mundo» e de «ver o outro» e as coisas. Podemos nos colocar acima do outro e «das coisas para possuí-los ou dominá-los», ou como São Francisco, nos colocar

⁸⁵ Afirmação do coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace, Marcos Astrini. Entrevistado por Débora Brito. «Desmatamento na Amazônia cresce 29% em um ano».

⁸⁶ Afirmação do diretor do IPAM: André Guimarães. Entrevistado por Débora Brito, «Desmatamento na Amazônia cresce 29% em um ano».

⁸⁷ Heloisa Cristaldo, «Amazônia perde 7.989 km² de floresta, maior desmatamento desde 2008», Repórter da Agência Brasil, 9 janeiro, 2017, consultado em 01 abril, 2019, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/print/1061166>.

⁸⁸ Cf. Francisco, *Carta Encíclica: Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*, n. 163, 164, 193, 197.

⁸⁹ Cf. Francisco, *Carta Encíclica: Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*, n. 160, 161

⁹⁰ Referência ao livro de Leonardo Boff, *Ecologia: Grito da Terra e grito dos pobres*.

⁹¹ Jorge Costadoat, «Dios habla hoy. Em busca de un nuevo modo de entender la Revelación», *Fraciscanum* 169, Vol. 60 (2018): 174.





ao «lado para amar e viver com eles como irmãos e irmãs em uma casa comum»⁹². Assim, é preciso abraçar o mundo de maneira diferente, com cuidado para não o esmagar e destruí-lo, movidos pelo egoísmo, indiferença, individualismo e ganância. O planeta é a Casa Comum de todos nós, portanto destruindo as florestas, todos sofreremos as consequências.

Para que o cristianismo verdadeiramente inclua esta forma de pensar e viver necessita superar o antropocentrismo de sua teologia e de sua cosmovisão. A cosmovisão dos povos indígenas amazônicos pode ajudar o seguidor de Jesus a «libertar-se de uma visão fragmentária da realidade, que não é capaz de entender as múltiplas conexões, inter-relações e interdependências»⁹³.

Considerações Finais

O Brasil bate recordes mundiais em riquezas naturais. Algo de nos causar orgulho e gratidão. No entanto dados mostram que continuamos a destruir este tesouro ambiental. O desmatamento da Amazônia voltou a crescer de maneira exagerada nos últimos dois anos. Parece que o Brasil descuidou das questões ambientais, pois perdeu o controle da fiscalização e já não consegue atingir a meta assumida a nível nacional e internacional. A comunidade internacional cobra, a sociedade local está ciente da situação, as metas são reforçadas em palavras e documentações, mas as implementações ainda estão longe de chegar aos objetivos. Importantes setores das Igrejas tomam iniciativas de conscientização sobre o pecado da destruição da Criação. Na Igreja Católica Romana o documento preparatório para o Sínodo da Amazônia, «nos coloca diante do desafio de uma proposta de ecologia integral que nos convida a uma conversão integral que exige reconhecer nossos próprios erros, pecados, vícios, negligências e omissões com as quais “ofendemos a criação de Deus”»⁹⁴.

A natureza grita e se revolta, sentimos as mudanças no clima, enquanto isso os depredadores continuam a desmatar, queimar, para exploração em especial de madeira, agropecuária, agricultura, entre outros. Vimos que florestas inteiras desapareceram em outras partes do mundo por causa da ganância humana e continuam a desaparecer. Somos cientes do que aconteceu e do que acontece com as florestas, pois hoje, o mundo da tecnologia e informação não nos deixa na ignorância. Por conseguinte, se agimos contra a natureza agimos conscientes dos estragos que estas atitudes poderão trazer em retorno.

Assim sendo, não é suficiente somente tornar as pessoas mais conscientes dos problemas ambientais, através de informações, é preciso torná-las mais ativas e comprometidas com a questão. É necessário ter senso crítico para com a questão do desmatamento da Amazônia, e cobrar da cada pessoa, da sociedade e das nações para que cumpra com sua responsabilidade e dever, para com a proteção da natureza. Pois de nada

⁹² Leonardo Boff, *Ecologia: Grito da Terra e grito dos pobres*, 262.

⁹³ Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, *Instrumentum Laboris do Sínodo Amazônico* (2018), consultado em 20 agosto, 2019, <http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/instrumentum-laboris-do-sinodo-amazonico.html>.

⁹⁴ Cf. Francisco, *Carta Encíclica: Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*, n. 218.





adianta alcançar riquezas no mundo se o mundo não for capaz de sustentar a vida em geral e a vida humana em particular. Pois, como afirmou Viola⁹⁵, a atmosfera tem capacidade limitada de absorver toda a poluição provocada pela ganância humana, e que por isso é preciso fazer uso dela com precaução. *Laudato Si* afirma que «isto exige também reconhecer os próprios erros, pecados, vícios ou negligências, e arrependê-lo de coração, mudar a partir de dentro»⁹⁶.

Toda humanidade deve contribuir, no entanto as responsabilidades e atribuições são diferentes. Alguns têm responsabilidade maior tanto pela destruição do planeta como pela construção de um mundo melhor. No entanto é importante que cada cidadão faça a sua parte, mas os empresários, os políticos, as ONGs, a comunidade internacional, e as instituições religiosas têm responsabilidade maior.

Vimos também que por trás de cada agressão à natureza, estão interesses socioeconômicos políticos e culturais dos humanos que usam o planeta como se fosse uma fonte inesgotável de recursos. Esses são os principais motivos da destruição da floresta amazônica, uma atitude e ação que deve ser mudada.

Notamos que é importante o trabalho em equipe para conter o problema do desmatamento, mas não basta se reunir em conferências e tomar decisões que fiquem no papel. Deve haver exigências por lei, cobrança feita pelos cidadãos, pelas Instituições religiosas e comunidade internacional para que todos os compromissos assumidos sejam cumpridos. Os cidadãos devem assumir responsabilidades pessoais e comunitárias. O país tem o dever de cumprir seus compromissos e a responsabilidade de incentivar as comunidades locais e os cidadãos individuais a contribuírem, fazendo cada um a sua parte, além de orientar e facilitar com incentivos para a utilização das terras já desmatadas; de ajudar na fiscalização dos predadores de florestas.

A comunidade nacional e internacional deve ajudar a manter e preservar as florestas que ainda existem no mundo. Se toda humanidade deseja viver em um mundo melhor mais fraterno e ecológico, cada um deve fazer a sua parte.

A busca sobre quais são os motivos do crescimento do desmatamento da Amazônia revela a amplitude e a insensatez da ambição e da ganância humana. Pois tanto o Brasil como muitos países da comunidade internacional falharam com os compromissos firmados, com os objetivos e metas a que se propuseram no âmbito nacional e internacional em relação à proteção do meio ambiente. No entanto, notamos que há esperanças de ainda cumprir as metas assumidas. Elas ainda estão no campo do possível, do factível. E para cumprir com essas metas e compromissos assumidos, em especial acerca da floresta Amazônica, é necessária a implementação urgente de políticas favoráveis a sua preservação com a utilização de medidas e desenvolvimento sustentável, que segundo Pena seria colocar na

⁹⁵ Cf. Eduardo Viola. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil».

⁹⁶ Francisco, *Carta Encíclica: Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*, n. 218.





prática «a capacidade de utilizar os recursos e os bens da natureza sem comprometer a disponibilidade desses elementos para as gerações futuras»⁹⁷. Isso vai depender da responsabilidade de todos: dos países, instituições governamentais e não governamentais e religiosas, e de cada cidadão, para com o cuidado e proteção das florestas e do meio ambiente.

Para a Igreja Católica, para uma «igreja em saída» e para a espiritualidade cristã em geral, deixar-se comover, deixar-se sensibilizar pelos clamores que sobem aos céus na fumaça das florestas e das vidas sendo destruídas é escutar hoje os «sinais dos tempos». É um caminho importante para seguir demarcando sua novidade teológica frente às outras teologias,

La novedad y creatividad de la teología de la liberación se debe fundamentalmente a desarrollarse como reflexión sobre los signos de los tiempos y como reflexión sobre la respuesta a esos signos de los tiempos (...) su quehacer puede ser descrito como elevar a concepto teológico la realidad actual, la realidad en que Dios se manifiesta y la realidad en que acaece el responder y corresponder de los seres humanos a ese Dios que se manifiesta⁹⁸.

Assim a inserção dos cristãos no enfrentamento do desmatamento e das outras questões socioambientais que ameaçam a sustentabilidade da vida no planeta terra, não é somente uma oportunidade de sintonizar seus passos com o lado mais esclarecido e humano de nossa espécie, é também uma oportunidade grande de reencontrar-se com o Espírito que nos deu a Vida e de encarnar de modo mais coerente o seu Evangelho.

Bibliografia

- Adeodato, Sergio. *Amazônia a floresta assassinada: falta muito pouco para matá-la de vez*. São Paulo: Mostarda, 2006. Consultado em 2 outubro, 2018. <http://portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=839>.
- Amazônia de A a Z. «Amazônia não é pulmão do mundo». Autor não especificado. Consultado em 2 outubro, 2018. <http://portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=839>.
- Ambiente Brasil. «A Amazônia não é o pulmão do mundo». Consultado em 11 abril, 2019. http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta_amazonica/a_amazonia_nao_e_pulmao_do_mundo.html.
- Andrade, Thales de. «Inovação Tecnológica e Meio Ambiente: A construção de novos enfoques». *Ambiente & sociedade*, Vol. VII (2004): 89-99. Consultado em 12 novembro, 2018. <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23538.pdf>.
- Baldisseri, Lorenzo. «Comenta o Documento Preparatório sobre a assembleia sinodal de 2019». Apresentado em 08 junho, 2018 na Sala de Imprensa da Santa Sé - a Amazônia

⁹⁷ Rodolfo Alves Pena, «Desenvolvimento sustentável», Brasil Escola, consultado em 16 Júlio, 2018, <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-sustentavel.htm>.

⁹⁸ Jon Sobrino, «Los “signos de los tiempos” en la teología de la liberación», *Estudios Eclesiásticos* 64 (1989): 266.





- no coração da Igreja. Consultado em 01 fevereiro, 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=3pOQHKG0eOY>.
- Brito, Débora. «Desmatamento na Amazônia cresce 29% em um ano». Repórter da Agência Brasil, Edição de Lídia Neves 30 novembro 2016. Consultado em 07 novembro, 2018. <http://agenciabrasil.ebc.com.br>.
- Boff, Leonardo. *Ecologia: Grito da Terra e grito dos pobres*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- Brasil, Kátia. «Por trás da alta das queimadas está o desmatamento, que aumentou 88% no Amazonas». Reportagem publicada por Amazônia Real, 11-11-2015. Consultado em 11 novembro, 2018. <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias-2015/548981-por-tras-da-alta-das-queimadas-esta-o-desmatamento-que-aumentou-88-no-amazonas>.
- Commoner, Barry. *The closing circle*. New York: Bantam Books, 1974.
- Cardoso, Delmar. «Ecologia integral». Editorial. *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE* 1, Vol. 7 (2016): 1-4. Consultado em 01 fevereiro, 2019. <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/3519-Texto%20do%20artigo-12095-1-10-20161212.pdf>.
- Calixto, Bruno. «O desmanche ambiental do governo Temer: Para ganhar apoio no Congresso, o presidente sacrifica salvaguardas ambientais do país, acelerando o retrocesso dos últimos anos». *Revista Época* 8 (2017). Consultado em 01 fevereiro, 2019. <https://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/09/o-desmanche-ambiental-do-governo-temer.html>.
- Conselho Episcopal Latino-Americano. *Documento de Aparecida, Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribe*. São Paulo: Paulus, 2008.
- Costadoat, Jorge. «Dios habla hoy. En busca de un nuevo modo de entender la revelación». *Fraciscanum* 169, Vol. 60 (2018): 171-202.
- Cristaldo, Heloisa. «Amazônia perde 7.989 km² de floresta, maior desmatamento desde 2008». Repórter da Agência Brasil. 9 janeiros, 2017. Consultada em 01 abril 2019, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/print/1061166>.
- Dantas, Carolina. «Desmatamento na Amazônia cresce 13,7% entre 2017 e 2018, dizem ministérios». Reportagem do dia 23 outubro 2018, 1-4. Consultado em 01 abril 2019. <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2018/11/23/desmatamento-na-amazonia-cresce-137-entre-2017-e-2018-dizem-ministerios.ghtml>.
- Dietrich, Luiz José. «Pautas para uma Hermenêutica Ecológica. A solidariedade abarcando todas as formas de vida». *Revista Encontros Teológicos* 1, Vol. 22 (2007): 77-88.
- Comissão Episcopal para a Amazônia Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM BRASIL. *Documento Preparatório. «Amazônia novos caminhos para a igreja e para uma ecologia integral»*. Brasília: Edições CNBB, 2018. Consultado em 22, janeiro, 2019. <http://redamazonica.org/folleto-portugues/>.
- Fachin, Patrícia. «Desmatamento é consequência. Pecuária bovina é causa». *IHU On-Line. Revista do Instituto Humanitas Unisinos* 311, Vol. 19 (2009). Consultado em 12 janeiro 2019. http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2868&secao=311.





- Farias, Talden. «A reserva legal ambiental no novo código florestal». Consultado em 20 de agosto de 2019. <https://www.conjur.com.br/2019-jul-06/reserva-legal-ambiental-codigo-florestal>.
- Fernandez, Viviane; Machado, José Saldanha; Soares, Mario Luis Gomes. «O Mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) em Manguezais e o Atual Processo de Formulação de uma Política Pública Nacional». VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012 Belém-PA-Brasil, 2012. Consultado em 16 julho, 2018. <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT7-1203-1075-20120627112902.pdf>.
- Francisco. «Carta Encíclica: *Laudato Si*: Sobre o cuidado da casa comum» (2015). Consultado em 01 fevereiro 2019. http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf.
- Garmus, Ludovico. «Bíblia e ecologia - Aspectos fundamentais (Gn 1-11)». *Revista Grande Sinal* XLVI (1992): 275-290.
- Jornalismo Ambiental ((O)) ECO. «Entenda o que é REDD». Categories: Dicionário Ambiental. 20 janeiro (2014). Consultado em 01 fevereiro, 2019. <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27940-entenda-o-que-e-redd/>.
- Instituto Humanitas Unisinos. «Brasil liderou desmatamento de florestas primárias no mundo em 2018», (2019): 1-5. Consultado em 01 fevereiro 2019. <http://www.ihu.unisinos.br/588638-brasil-liderou-desmatamento-de-florestas-primarias-no-mundo-em-2018-mostra-relatorio>.
- Leite, José Correa. «Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico». *Scientiae Zudia* 3, Vol. 13 (2015): 643-677.
- Lorenzetti, Julia Vaz y Carrion, Rosinha Machado. «Governança ambiental global: atores e cenários». *Cadernos EBAPE.BR* 3, Vol. 10 (2012): 721-735. Consultado em 02 junho, 2018. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300014&lng=en&nrm=iso.
- Messias, Jalília. «Desmatamento na Floresta Amazônica cresceu 30% em 2016». Consultado em 01 abril, 2019. <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/01/desmatamento-na-floresta-amazonica-cresceu-30-em-2016.htm>.
- Ministério do Meio Ambiente. «Acordo de Paris». Consultado em 12 maio, 2019. <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>.
- Nandi, Domingos Volney. «Os temas ecológicos nas Campanhas da Fraternidade». *Encontros Teológicos* 72, Ano 30, n. 3 (2015): 27-36. Consultado em 03 março, 2019. <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/27/23>.
- Paiva, Bianca. «Amazonas lança programa de combate ao desmatamento na floresta amazônica». Publicado em *Agência Brasil* - Últimas notícias do Brasil e do mundo EBC, Edição: Massali, F. no dia 08 fevereiro, 2017, acesso em 01 abril 2019, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/amazonas-lanca-programa-de-combate-ao-desmatamento-na-floresta-amazonica>.





- Pena, Rodolfo A. «Desenvolvimento sustentável». Brasil Escola. Consultado em 16 julho 2018. <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-sustentavel.htm>.
- Portal Brasil. «Compromisso voluntário do Brasil». 17 outubro de 2011 última modificação 28 de julho 2014. Consultado em 02 abril, 2019. <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/o-compromisso-voluntario-do-brasil>.
- Portal Brasil. «Projetos de energia renovável na Amazônia serão financiados pelo BNDES». Energia limpa. 15 março 2017. Consultado em 02 abril, 2019. <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/03/projetos-de-energia-renovavel-na-amazonia-serao-financiados-pelo-bndes>.
- Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais. «Causas do desmatamento». Consultado em 11 junho, 2018. <http://www.suapesquisa.com/desmatamento/causas.htm>.
- Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais. «Desmatamento da Floresta Amazônica». Consultado em 11 junho, 2018. http://www.suapesquisa.com/geografia/desmatamento_floresta_amazonica.htm.
- Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais. «Protocolo de Kyoto: O que é, objetivos, ações». Consultado em 04 abril 2019. http://www.suapesquisa.com/geografia/protocolo_kyoto.htm.
- Prada, Paulo. «Brasil retrocede em leis federais de proteção à Amazônia. G1 online». Rio de janeiro, 10 agosto, 2012. Consultado em 15 agostos, 2019. <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/08/brasil-retrocede-em-leis-federais-de-protecao-amazonia.html>.
- Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. «Direção Geral do Ambiente Direção de Serviços de Informação e Acreditação». Gomes, Maria Leonor; Marcelino, Maria Margarida; Espada, Maria da Graça. Consultoria exterior: Ramos, Tomás; Rodrigues, Valdemar. Amadora: Enclave - Publicidade e Marketing, 2000. Consultado em 01 janeiro, 2019. file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/sids_pdf_2000.pdf.
- Rede Eclesial Pan-Amazônica «REPAM-Brasil. Tecendo redes em defesa da nossa Casa Comum». Consultado em 23 janeiro, 2019. https://repam.org.br/?page_id=863.
- Reimer, Haroldo. *Toda a Criação – Bíblia e Ecologia*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2006.
- Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos. *Instrumentum Laboris* do Sínodo Amazônico (2018). Consultado em 20 agosto, 2019. <http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/instrumentum-laboris-do-sinodo-amazonico.html>.
- Silva Junior, Orleno M. «Empreendimentos de geração hidrelétrica na Amazônia: desmatamento em áreas de uso restrito e gestão de áreas protegidas». Tese de Doutorado, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação E Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Consultado em 17 agosto, 2019. http://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Orleno_Marques_da_Silva_Junior.pdf.
- Sioli, Harald. *Amazonas. Fundamentos da ecologia da maior região de floresta tropicais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Smith, Bernard. *The Amazon Rain Forest*. London: Clare Gray Publishing Services Ltda, 2007.





- Soares, Ilmar. *Problemas contemporâneos da Amazônia*. Belém: Unama, 2005.
- Sobrinho, Jon. «“Los signos de los tiempos” en la teología de la liberación». *Estudios eclesiásticos* 64 (1989): 249-269.
- Souza, Oswaldo B. «Desmatamento na Amazônia explode entre 2015 e 2016». Instituto Socioambiental. Notícia do dia 29 de novembro de 2016. Consultado em 08 abril, 2019. <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-na-amazonia-explode-entre-2015-e-2016>.
- Viola, Eduardo. «O regime internacional de mudanças climáticas e o Brasil». *RBCS* 50, Vol. 17 (2002): 25-46.
- Viola, Eduardo y Basso, Larissa. «Da para acreditar nas metas do Brasil? Especial para o Observatório do Clima. 2015». Consultado em 08 abril, 2019. <http://www.observatoriodoclima.eco.br/da-para-acreditar-nas-metas-do-brasil/>.
- Viola, Eduardo y Franchini, Matías. «Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. Planetary boundaries, Rio+20 and the role of Brazil». *Cadernos EBAPE.BR* 3, Vol. 10 (2012): 471-491. Consultado em 10 abril, 2019. <http://www.redalyc.org/html/3232/323227835002/>.
- White, Jr. Lynn. «Raíces históricas de nuestra crisis ecológica (1967)». *Revista Ambiente y Desarrollo* 23, (2007): 78-86.
- Vargas, Fábio A. «Análise crítica dos potenciais impactos ambientais derivados das alterações do Código Florestal Brasileiro em 2012». Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Francisco Beltrão, 2018.

Enviado: 12 de mayo de 2019
Aceptado: 6 de agosto de 2019

